

30 JUNHO 2021

Em busca de paz no Oriente Médio

Por **Henrique Rzezinski**, Conselheiro do CEBRI*

Palavras-chave: Oriente Médio; antissionismo; antissemitismo; Israel, Palestina.

Resumo: O objetivo desta reflexão é procurar enumerar uma série de visões sobre o denominado conflito israelo-palestino, discutir esses pontos de vista e basear a argumentação em fatos e análises históricas. A correlação dessas análises nos proporciona chegar a algumas conclusões. Ao longo do artigo, atendo-me às visões que considero falaciosas em relação a esse conflito e que entendo distorcem inteiramente qualquer análise minimamente isenta de paixão política. Refiro-me, assim, a aspectos factuais históricos ou conceituais, sem entrar em análise crítica sobre ações dos diversos governos israelenses ou dos grupamentos e organizações árabes na Palestina britânica e depois do advento do Estado de Israel. Sem uma compreensão e aprofundamento dos pontos a que me refiro como falácias, é muito difícil avançar rumo às políticas públicas, tanto de Israel quanto da Autoridade Palestina, que desemboquem na tão almejada paz. Enfim, este artigo manifesta a visão de um judeu profundamente comprometido com o alcance de uma paz justa e duradoura entre o povo judeu e o povo árabe no Oriente Médio e no mundo.

1. Antissionismo não é antissemitismo

O único movimento antissionista não antissemita que existiu foi no seio dos próprios movimentos sociais judaicos anteriores à II Grande Guerra, ainda na primeira metade do século XX, em contraposição aos crescentes e violentos ataques aos judeus, sobretudo na Europa. Trata-se do BUND-Partido Socialista Judaico, criado em Vilna-Lituânia em 1897, exatamente no mesmo ano do 1º Congresso Sionista, realizado na Basileia-Suíça.

O BUND, de cunho marxista e internacionalista, manteve uma longa luta política com o Sionismo Trabalhista, defendendo, por isso, a tese internacionalista de que o antissemitismo só seria erradicado quando o socialismo fosse hegemônico em um mundo sem classes sociais, religiões ou preconceitos raciais.

Infelizmente, o nazismo, o Holocausto e depois o stalinismo dirimiram tragicamente essa disputa, uma vez que um Estado Judeu teria sido um porto seguro para as vítimas do Holocausto e não só para seus poucos sobreviventes. Por sua vez, o BUND, como maior partido político entre os judeus antes da II Guerra, teve a sua quase totalidade de militantes mortos nos guetos e fornos crematórios e deixou de existir como movimento social relevante.

Fica patente a inexistência de razão para o assim chamado antissionismo, uma vez que o Israel Moderno se consolidou, juridicamente, como um Estado Judeu por uma Resolução da ONU em 1947 e, politicamente, a partir de uma trágica realidade histórica que tornou totalmente sem sentido o termo antissionista. Antissionismo só tem sentido histórico antes da criação do Estado de Israel, pois representava um movimento político contrário à criação do Estado de Israel para a solução do problema do antissemitismo. Sua criação como uma nação pertencente à família das nações encerra por definitivo essa discussão, a não ser, é claro, para aqueles que não aceitam a sua existência.

Qual é, nesse caso, o sentido do uso político do termo antissionismo? A única razão que encontro é a necessidade de travestir um termo de reconhecida conotação racista, como antissemita, por um que contenha roupagem melhor aceita por pessoas bem-intencionadas e convencidas de que estão ao lado dos mais fracos. É um termo politicamente correto para substituir o velho antissemitismo.

Prova disso é que muitas dessas ações ditas antissionistas desembocam no fortalecimento de forças que publicamente pregam o aniquilamento de Israel e a morte de judeus em todo o mundo. O virulento e dramático aumento da violência "antissionista" contra judeus em Nova York, Los Angeles, Paris, Berlim, Viena, São Paulo e tantas outras cidades é também evidência disso. É claro que nem todos os que utilizam o termo antissionista têm conhecimento de seu significado, mas sabemos com certeza que os "criadores" do uso desse termo, para encobrir seu antissemitismo, o fizeram com pleno conhecimento de causa. Por isso, alguns desses movimentos não se declaram abertamente antissionistas e sim contra o "imperialismo" de Israel na Cisjordânia, mas o objetivo final é o mesmo.

Os 3 Ds desses movimentos são: Demonização, Deslegitimação e Double Standards. Os 3 Ds estão claramente inseridos no boicote a produtos israelenses, no silenciamento de vozes judaicas nas universidades norte-americanas, europeias e sul-americanas, nas moções de censura da ONU a Israel, de forma totalmente unilateral e desproporcional aos horrores que ocorrem na Síria e em outros cantos do mundo. A proporção é cerca de 90 para Israel, 10 para o resto mundo e ZERO para o Hamas ou Hezbolah.

Certa vez um amigo meu questionou, em meio a uma discussão, se eu o considerava antissemita. Para sua total surpresa, eu disse que sim. Ele retrucou perguntando se era porque ele tinha críticas severas às ações de Israel e que eram, portanto, "somente" antissionistas. Respondi enfaticamente que não, pois eu e centenas de milhares de judeus tínhamos críticas ao governo atual de Israel e às suas ações. Mas o seu antissemitismo consistia em ele SÓ criticar Israel como se, no altamente complexo conflito israelo-palestino e do Oriente Médio em geral, Israel fosse o demônio e único protagonista do conflito. Isto é antissemitismo e não antissionismo.

Salta aos olhos que esse antissemitismo vem acompanhado de uma imensa ignorância sobre a história dos movimentos sociais judaicos desde a Inquisição, passando pelo emblemático Caso Dreyfus com o J'accuse de Émile Zola, pelos Pogroms na Rússia Tzarista, pelo Holocausto, pela execução sumária dos médicos e escritores judeus soviéticos por Stalin e pela própria luta na "rua judaica" entre o BUND e o Sionismo Trabalhista, que acabou assentando as bases socialistas do nascente estado de Israel. Mas uma outra parte, o que é mais triste, conhece esses fatos históricos.

Apenas para citar uma entre as muitas manifestações antissemitas na imprensa brasileira, li recentemente, com tristeza, o artigo do proeminente escritor e articulista angolano José Eduardo Agualusa no Globo de 22/05/2021 intitulado "O dia em que Israel começou a morrer". Trata-se, na realidade, de um artigo antissemita que busca "embasamento antissionista" na seguinte tese:

- a) não interessa quem começa o conflito;
- b) se, para combater um inimigo, você tiver de executar crimes idênticos, é porque você já se transformou em um deles.

Com essa generalização absurda, tenta chegar ao apartheid e ao uso de força desproporcional, em uma comparação infundada de Israel com a África do Sul. Agualusa acusa Israel de ser um Estado Judeu, sem o respeito histórico ao fato de Israel ter sido declarado um Estado Judeu pela ONU, assim como a outra parte da partilha foi declarada, pela mesma ONU, como Estado Árabe em 1947 e não em 2018, como erroneamente, para dizer o mínimo, quer fazer crer o autor. É triste ver esse falseamento da história para "se enquadrar numa pauta" de preconceito. Agualusa, com essa tese absurda, não se importa em colocar em igualdade ética as ações dos exércitos nazistas e fascistas vis-à-vis as dos aliados. Hitler, Mussolini e Hirohito seriam, portanto, eticamente iguais a Roosevelt, Churchill e De Gaulle. Lamentável.

Volto a enfatizar a questão do antissionismo como sendo antissemitismo, pois se trata de um ponto central para o desenrolar dessa discussão.

Após a criação do Estado de Israel, o termo antissionismo só pode ser entendido como expressão do

pensamento que prega a Demonização, a Deslegitimação e a negação do direito de Israel existir como Estado Judeu.

Serão os judeus diferentes de outros segmentos humanos? Claro que não. Mas o mundo os considerou diferentes desde que o Estado de Israel foi destruído e conquistado pelos romanos há cerca de dois mil anos. Só a partir de 1947 Israel teve reconhecido o seu direito de voltar a existir como um Estado Judeu e de desenvolver uma capacidade militar para se defender.

Não é tão difícil entender o slogan de Israel que está na memória coletiva de cada judeu: "Inquisição, Pogroms e Holocausto NUNCA MAIS" – pelo menos enquanto Israel não for destruído, como desejam os antissionistas, por meio de uma narrativa de demonização e deslegitimação.

2. Israel foi criado para ser o representante dos interesses norte-americanos no Oriente Médio

Em 1947, quando a ONU decidiu sobre a partilha da Palestina entre árabes e judeus, foi a União Soviética, por meio da então Tchecoslováquia, que forneceu grande parte das armas com as quais os judeus na Palestina lutaram na sua Guerra de Independência contra os sete estados árabes, que não aceitaram a partilha e prometeram aniquilar os judeus.

Os Estados Unidos se mantiveram afastados do conflito, em parte para não afrontar os países árabes, já que Israel, por suas bases socialistas e democráticas, era considerado uma ameaça aos regimes absolutistas e totalitários dos sete países árabes que se uniram para não deixar viabilizar o Estado Judeu. Truman apoiou timidamente a criação de Israel, e o voto americano só foi decidido 24 horas antes da votação da Partilha na ONU, então presidida por Osvaldo Aranha.

Desde a Declaração Balfour em 1917, que mencionava a criação do Lar Nacional Judaico na Palestina, até a Guerra de Independência em 1948, a imigração judaica para a Palestina foi basicamente financiada pelo movimento sionista socialista, cuja ligação com os EUA era, fundamentalmente, com a sua população judaica. Majoritariamente egressa da Europa Oriental e com forte presença de militantes socialistas, essa população apoiou a luta pela independência de Israel, seja com contribuições financeiras, seja se alistando nas forças judaicas na Palestina.

Trata-se portanto de uma grave inconsistência histórica vincular a criação do Estado de Israel aos interesses dos EUA na região. Apenas para ilustrar, Ben Gurion enviou, em 1949, sua grande parceira no CC do Partido Trabalhista e futura Primeira Ministra, Golda Meir, para representar Israel junto ao governo soviético. Golda Meir descreve em detalhe o trabalho que realizou na URSS em seu muito interessante livro de memórias.

A relação com a URSS começa a deteriorar-se após as ações antisemitas de Stalin no chamado julgamento dos médicos e do fuzilamento sumário dos escritores judeus soviéticos no início dos anos 1950.

Com a crise de Suez, em 1956, o cenário geopolítico se altera substancialmente a partir da aproximação da URSS com Gamal Abdel Nasser, do Egito, e com o bloco dos não alinhados, além da já mencionada perseguição aos judeus soviéticos, que só termina com a grande migração dos judeus russos para Israel, novamente seu porto seguro. Vale lembrar que, ainda nesse episódio, os Estados Unidos se opuseram fortemente à iniciativa do Reino Unido, França e Israel de invadir o Egito para reabrir o Suez e obrigaram os três países a se retirarem de Suez.

As bases socialdemocratas do Estado de Israel permanecem até os dias de hoje, mesmo com a alternância de poder dos trabalhistas para o Likud, é claro que enfraquecidas por anos de liberalismo.

A narrativa da criação do Estado de Israel como ponta de lança dos interesses dos EUA é, portanto, falsa historicamente.

3. Israel é contra a paz

Os fatos históricos vão na direção contrária, como mostram as iniciativas enumeradas abaixo, que culminaram com Acordos de Paz ou com oportunidades perdidas:

a) Partilha da Palestina pela ONU (1947) – Os judeus aceitaram a Partilha que consistia em parte do território para os judeus, outra para os árabes e Jerusalém sob comando compartilhado. Os árabes não aceitaram e foram à guerra;

b) Paz com o Egito (1973) e com a Jordânia (1994) – Consistiu na devolução do Sinai para o Egito, com todas as reservas de petróleo e no estabelecimento de fronteiras com Egito e Jordânia;

c) Acordos de Oslo (1993) – Israel e ANP firmaram acordos que estabeleceram autonomia administrativa nos territórios conquistados por Israel na guerra de 1967 e que preveem a criação de um Estado Palestino após a negociação do status final de Jerusalém.

Nas negociações do ano 2000, sob a égide dos Acordos de Oslo, o então Primeiro Ministro de Israel, Ehud Barak, ofereceu, nas negociações de Camp David, mais de 95% dos territórios conquistados em 1967, com Jerusalém Oriental como capital do Estado Palestino. Mais uma oportunidade perdida. Arafat recusou. Denis Ross, negociador americano em Oslo e autor de “The Missing Peace”, descreve em detalhe quão perto se chegou de um acordo de paz. A 2ª Intifada, resposta palestina, resultou em dezenas de atentados terroristas e mais de mil mortos israelenses e encerra esse ciclo de negociações;

d) Saída unilateral de Gaza por Ariel Sharon (2005) e do Sul do Líbano por Ehud Barak (2000) – Essas duas iniciativas unilaterais de Israel, ao invés de incentivarem negociações e investimentos em infraestrutura e equipamentos sociais, serviram para fortalecer o arsenal bélico e o discurso de ódio do Hamas e do Hazbolah contra os judeus;

e) Acordos de Abrahão – Esses acordos têm uma importância histórica extraordinária, na medida em que tacitamente declaram, por um lado, o esgotamento do princípio de que novos acordos de paz entre Israel e países árabes não seriam firmados até a solução definitiva do problema israelo-

palestino; por outro, abrem uma janela sem precedentes de colaboração e desenvolvimento integrado por meio da cooperação econômica, científica e tecnológica entre os países da região, deixando o Irã e seus aliados mais isolados.

Esses e outros fatos denotam historicamente que Israel cometeu erros, mas não é o grande obstáculo à paz no Oriente Médio. Existe certamente uma diferença importante entre as décadas de trabalhismo e a era Bibi. O trabalhismo israelense tentou com muito vigor uma solução pacífica para o conflito, mas também vale ressaltar que o grande eleitor de Bibi foi o terrorismo árabe que contribuiu enormemente para a assunção da direita israelense ao poder.

4. Palestinos são um povo

Antes da partilha da Palestina pela ONU em 1947, lá habitavam dois grandes grupamentos humanos, judeus e árabes muçulmanos, além de pequenas comunidades de cristãos e drusos. Todos eram palestinos, pois viviam na Palestina sob mandato britânico (1920 a 1948).

A parte árabe atribuída pela partilha da ONU é hoje habitada majoritariamente por árabes (mais de 95%) e por pequenas minorias cristãs e judaicas. Já a parte judaica da partilha da ONU, basicamente Israel, é habitada por uma maioria de judeus e uma minoria árabe (cerca de 20%).

Trata-se de um equívoco, portanto, atribuir a denominação de povo palestino somente a uma parcela da população que habitava a Palestina sob mandato britânico. À primeira vista, pode parecer apenas uma questão semântica. O que ocorre na prática é uma distorção semântica que carrega consigo um prejulgamento de valores que serve para vitimizar e legitimar apenas um dos grupamentos que viviam na Palestina sob mandato britânico. Mas, apesar desse fato histórico, a denominação de povo palestino é aceita por todos sem que isso se torne um obstáculo à paz.

5. O Irã não é uma ameaça real a Israel. Trata-se apenas de retórica

O Irã é uma ameaça real para a integridade de Israel. Se acreditarmos que as ameaças de aniquilamento de Israel são mera retórica, estaremos contradizendo a História, na qual constatamos que basicamente todas as ameaças contra os judeus foram cumpridas. Desde o Egito e a Pérsia da Antiguidade, à Inquisição, aos Pogroms da Rússia Tzarista, ao stalinismo e ao Holocausto, as ameaças foram cumpridas. Qual a justificativa para não acreditarmos nas ameaças de uma nação poderosa que incita publicamente o assassinato de judeus onde estiverem e prega abertamente o aniquilamento de Israel? E se as ameaças são reais, o que existe de condenável em se proteger? Isto não significa, no entanto, que se deva deixar de lado a opção de negociar com o Irã. Sentar à mesa é sempre uma alternativa que nunca deve ser descartada.

A realidade, contudo, é que as ações belicosas do Irã no Iraque, na Síria, no Líbano através do Hezbollah, em Gaza através do Hamas visam, além de alcançar uma hegemonia regional, formar um cinturão, fronteiro a Israel, de lançamento de mísseis e de missões de terror, sem mencionar o

atentado à Associação Mutual Israelita Argentina (Amia) em Buenos Aires, fora do Oriente Médio. Isto nos mostra, de forma concreta e factual, que as ameaças são reais e estão ocorrendo concomitantemente à redação deste artigo.

Difícil entender como é possível aceitar que esse regime possa vir a ser detentor de armas nucleares?

6. Israel é um país colonialista

Israel não segue nenhum padrão de país colonialista. Ao contrário. Os países colonialistas sempre incorporaram ao seu território as regiões conquistadas em guerras. Israel ainda é uma exceção, venceu guerras com severas perdas de vidas humanas e continua com territórios conquistados não anexados. Nem Gaza nem o West Bank foram anexados e constam dos Acordos de Oslo como territórios a fazer parte de um Estado Palestino. E devolveu territórios ricos em petróleo, inexistente em Israel, como o Sinai, para alcançar a paz com o Egito. É preciso ainda ressaltar que grande parte da população de Israel é favorável à criação de um Estado Palestino, longe do padrão de um país colonialista. Dershowitz caracteriza Israel, por esse e outros aspectos, como o judeu entre as nações.

7. Israel pratica o apartheid

Israel não pratica apartheid. Trata-se de um desconhecimento profundo ver apartheid na sociedade israelense. Judeus, árabes, drusos, cristãos, bahais, todos têm direitos fundamentais iguais como cidadãos israelenses. Estamos tratando de saúde, educação, representação política, liberdade de expressão e outros direitos fundamentais de um estado democrático de direito. O que caracterizaria o apartheid israelense? Quem conhece Israel sabe da afluência dos árabes na sociedade israelense. É claro que há muito a fazer ainda, e não é por outra razão que médicos, enfermeiros, cientistas, empresários, engenheiros, advogados, operários, deputados, prefeitos e diplomatas árabes israelenses têm se organizado e lutado por seus direitos, mas também, recentemente, marcharam juntos pela paz e cessação das hostilidades, sem nenhuma repercussão na mídia internacional.

Mesmo em Gaza, de onde Israel saiu unilateralmente, ou no West Bank (Judeia e Samaria), que se encontram sob a égide do Acordo de Oslo, existe total autonomia administrativa até que se negocie a criação do Estado Palestino.

Qual o interesse da sociedade israelense em conviver com essa situação de tensão permanente do terror ou do lançamento de milhares de mísseis em seu território e de ver prosperar diariamente nas escolas palestinas o ódio aos judeus, ao invés da convivência pacífica e da cooperação com um estado palestino?

Aqui surge uma pergunta fundamental: no período de 1967 até hoje, onde estão as instituições palestinas? Israel, quando foi criado pela ONU em 1947, já tinha construído o arcabouço institucional de um Estado – organizações sindicais, universidades, sistema de saúde pública socializado, orquestra sinfônica, sistema educacional, sistema bancário. Boa parte dos recursos à disposição dos

palestinos são gastos em mísseis, numa educação que fomenta o ódio aos judeus e a negação da paz, sem falar na corrupção endêmica de seus dirigentes.

Outro argumento usado para caracterizar um pretense apartheid em Israel é a Lei do Retorno, criada basicamente para garantir a cidadania israelense aos sobreviventes do Holocausto e aos refugiados judeus expulsos dos países árabes que se recusaram a reconhecer a partilha da Palestina, aprovada pela ONU em 1947.

Existem Leis de Retorno em diversos países como Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, Polônia e outros que nem se comparam à dramaticidade e importância da Lei de Retorno dos judeus a Israel.

Arguir que não existe Lei de Retorno para os árabes em Israel como uma lei de apartheid é, no mínimo, desconhecer a História. Se Israel, destroçado pela guerra de independência, com a sua incipiente economia em frangalhos e ainda pranteando seus milhares de meninos improvisados de soldados, mortos, teve condições de absorver quase um milhão de judeus expulsos dos países árabes e outros tantos refugiados do Holocausto, não seria muito esperar atitude idêntica dos países árabes, que, ao invés, os mantêm por décadas em campos de refugiados com dinheiro da ONU. É claro que o objetivo estratégico dessa Lei do Retorno é criar um desequilíbrio demográfico em Israel, para que deixe de ser um Estado Judeu.

8. O terror palestino é ativismo político

O terror palestino não é ativismo político nem conduz à construção das instituições necessárias para viabilizar um Estado Palestino.

Nos meses que precederam o final do mandato britânico na Palestina em 1948, as incipientes organizações militares judaicas estavam dispersas, e Ben Gurion tentava uni-las em torno de um exército regular que pudesse assumir o controle militar do Estado recém-legitimado pela ONU, ainda sob mandato britânico. Tratava-se da Haganá, hoje IDF. Para tanto, ele exigiu que os grupos que lutavam clandestinamente contra os britânicos depusessem as armas e se unificassem em torno da Haganá. Sua mensagem foi clara e dura, afirmando que não havia possibilidade de se criar um estado democrático a partir do terror. Só o Grupo Stern se negou a depor as armas e foi, por isso, fisicamente aniquilado pela Haganá. Foi um triste e único episódio na luta pela criação do Estado de Israel em que judeus mataram judeus, tal era a magnitude da visão de Ben Gurion e dos dirigentes sionistas contra o terror.

Desde a revolução francesa, a História nos mostra que o terror só amplia o terror. Os palestinos ainda não aprenderam essa lição. É possível que, se tivessem adotado uma postura distinta, talvez o problema já estivesse resolvido.

9. Não existe antissemitismo de esquerda

Como militante de esquerda na juventude e socialdemocrata até hoje, é muito triste constatar que,

além do velho e conhecido antissemitismo da extrema direita, surgiu uma nova e perigosa forma de antissemitismo, camuflada e travestida de "antissionismo", que vem penetrando cada vez mais nas universidades e movimentos sociais de uma pseudoesquerda que sequer entende, e muito menos estuda, o papel histórico dos movimentos sociais de esquerda do final do século XIX e primeira metade do século XX. Esta alienação histórica é responsável por distorções e simplificações absurdas, como na questão israelo-palestina.

O totalitarismo soviético e o de outros países ditos socialistas como China, Cuba, Venezuela, Coreia do Norte foram parcialmente responsáveis por distorções profundas na visão democrática da esquerda, que acabou só prevalecendo nos movimentos socialdemocratas na Europa. Mas não explicam como os chamados movimentos de esquerda da atualidade apoiam regimes, esses sim, responsáveis por genocídios, execuções sumárias de adversários políticos, homossexuais e mulheres acusadas de adultério. E são esses movimentos que destilam um intenso ódio a Israel, que só um profundo antissemitismo pode explicar.

10. O mito da dominação judaica no poder financeiro e midiático dos Estados Unidos

Basta pesquisar os números e fatos para contradizer mais essa falácia. O grande poderio econômico dos EUA não está em mãos de judeus. Pelo contrário, entre os grupos étnicos, tanto protestantes como católicos estão bem à frente dos judeus e seu poder de *lobby*, claro que em maior grau. Quanto aos meios de comunicação, basta ler o New York Times e a grande imprensa norte-americana para constatar a inverdade desse tipo de afirmativa.

Dos protocolos dos Sábios do Sião até os dias de hoje, pouco ou quase nada mudou. Até no nosso país, ouvimos, com perplexidade, Ciro Gomes declarar, sem o menor escrúpulo, que Jair Bolsonaro havia ganho as eleições com dinheiro dos judeus brasileiros e do "Sionismo Internacional".

Nos EUA basta olhar para as posições da chamada ala progressista do Partido Democrata com relação a Israel, para rechaçarmos mais essa falácia sobre o extraordinário poder financeiro e midiático dos judeus nos Estados Unidos e no mundo.

A verdade é que o Holocausto nos deu uma trégua de uns 50 anos nas formas mais virulentas de antissemitismo, mas ele volta a bater em nossas portas com toda virulência e travestido de antissionismo.

11. A não volta às fronteiras de 1967 e às construções no West Bank são os grandes obstáculos à paz entre israelenses e palestinos

Quando as fronteiras de Israel eram as anteriores à guerra de 67, jamais se alcançou a paz, e o negacionismo sempre esteve do lado árabe. Uma vez mais vamos recorrer à História.

Entre 1948 e 1967, a intelligentsia israelense estava imersa em discussões acaloradas sobre a questão da paz com os árabes. É importante lembrar obras como a do grande filósofo judeu-alemão e, mais tarde, israelense Martin Buber "A land for two peoples - Martin Buber on jews and arabs", para entender a efervescência e a preocupação humanitária da sociedade israelense com esse tema e o quanto a paz era acalentada e a convivência com os árabes sonhada, inclusive com muitos defensores de um Estado para os dois povos, como propunha Buber.

E após 1967, apesar da justificada euforia militar com a unificação de Jerusalém e a conquista das Colinas do Golã, que tantas vidas ceifou de lado a lado, a consciência crítica de Israel continuou muito acesa. É dessa época o gesto simbólico do grande pensador e cientista israelense Yeshayahu Leibowitz, que declinou da maior honraria israelense para trazer à tona, com vigor, o tema da paz entre árabes e judeus. Importante ainda lembrar a figura extraordinária do recém-falecido Amos Oz, grande escritor e criador do movimento pacifista "Paz Agora" e sua incessante luta pelo entendimento e pela paz.

Onde estava o campo da paz palestino até que Arafat e Rabin se dispusessem a negociar em Oslo? O Acordo de Oslo, ainda vigente, é o arcabouço jurídico que ainda aponta para a paz e é o grande marco do entendimento israelo-palestino. É fundamental mantê-lo aceso.

O grande retrocesso de Oslo ocorreu quando Arafat recusou a proposta de Ehud Barak, já comentada anteriormente, que praticamente voltava às fronteiras de 1967. Sobre Oslo e as negociações posteriores, vale a leitura do livro de Denis Ross, importante negociador em Oslo e em Camp David.

O que salta aos olhos é que, ao invés de analisarmos as causas determinantes do fracasso de uma solução pacífica para o conflito, até hoje temos que lidar com simplificações que estão longe de explicar essas razões e que são pequenas em relação aos grandes obstáculos a serem enfrentados com coragem por ambos os lados. É claro que os assentamentos são um problema, mas estão longe de ser uma questão fundamental, e devem ser negociados juntamente com muitos outros itens e não de forma pontual, como se fossem o único problema.

12. O recente conflito com o Hamas

Sob a ótica geopolítica, o ataque do Hamas a Israel tem vários pontos a serem destacados:

a) O conflito israelo-palestino vinha atravessando um período de relativa ausência no noticiário internacional, e o Hamas tinha a intenção de recolocá-lo na agenda internacional, a partir da convocação das eleições presidenciais e parlamentares para maio/junho deste ano, em especial pelas suas reais possibilidades em ser o vitorioso nessas eleições;

b) A partir do momento em que as eleições foram canceladas, o Hamas se viu diante de uma

desmobilização da sua estratégia de recolocar o tema na agenda internacional, provavelmente sob sua liderança.

c) Por outro lado, uma das consequências das assinaturas dos Acordos de Abrahão foi a tácita ruptura dos países árabes signatários com o compromisso de não assinar novos acordos de paz enquanto o problema palestino não estivesse equacionado, o que enfraqueceu a posição do Hamas e, em última análise, a do Irã nesse novo quadro.

d) O ataque do Hamas serviu não só para recolocar o tema na agenda internacional, mas também para catalisar manifestações anti-israelenses em todo o mundo a partir do revide de Israel, com os tradicionais *slogans* de uso desproporcional da força militar.

e) Importante notar que, pela primeira vez, o Hamas lançou mísseis sobre Jerusalém, amplificando os problemas que uma minoria radical de árabes muçulmanos havia iniciado ao proibir a entrada de judeus no Monte do Templo, inserindo com sucesso Jerusalém no contexto do ataque do Hamas e na pauta de grande parte da imprensa internacional. E assim a guerra pela opinião pública, uma vez mais, é ganha pelo Hamas.

13. Comentários Finais

Independentemente das análises geopolíticas sobre as quais refletimos ao longo deste artigo, meus comentários finais se concentram nos aspectos que julgo cada vez mais relevantes e crescentemente esquecidos:

a) O Hamas é uma organização terrorista cujo objetivo explícito é varrer Israel do mapa e matar judeus em todo o mundo, conforme consta do seu Programa Oficial;

b) O Hamas é uma organização homofóbica que, inexplicavelmente, tem o apoio da "esquerda". Muito preocupante sua vitória perante a opinião pública, mesmo tendo ela conhecimento da realidade social e política fundamentalista de Gaza;

c) O Irã (antiga Pérsia), por sua vez, tem uma história milenar e um protagonismo regional geopolítico importante, mas que em nada arrefece o horror do seu protagonismo na propagação do ódio contra o Estado de Israel e contra os judeus em todo o mundo. Esses são, na realidade, aspectos humanísticos importantes e muito menosprezados quando comparados à primazia dada às análises geopolíticas;

d) Quanto a Israel, é sem dúvida da mais alta importância manter uma visão crítica da sociedade israelense, sem esquecer que se trata de uma sociedade democrática e multicultural. São cerca de 10% de judeus ultraortodoxos, 20% de árabes israelenses e 70% de judeus laicos e religiosos não radicais;

e) Os países árabes, ao assinarem os Acordos de Abrahão, o fizeram, sem dúvida, levando em consideração o protagonismo do Irã como potência regional, mas creio que o maior vetor que os

levou a "secundar" a causa palestina foi a visão de futuro em que a integração econômica do Oriente Médio passa a ser uma realidade plausível a curto prazo;

f) Apesar dos erros cometidos, passíveis de críticas, Israel não é o grande responsável pela ausência de paz com os palestinos;

g) E, finalmente, antissionismo, nos dias atuais, é sim antissemitismo.

Bibliografia

1. Martin Buber - A land of two peoples-Martin Buber on jews and arabs. The University of Chicago Press, 1983.
2. Alan Dershowitz -The case for Israel. John Wiley and Sons Inc, 2003
3. Entrevista de Henrique Cimerman. Maio 2021.
4. Denis Ross - The missing peace. Ferrar, Straus and Giroux, 2004.
5. Dan Kurzman - Ben Gurion prophet of fire. Simon and Schuster Inc, 1983.
6. Yeshayahu Leibowitz- Judaism, human values and the jewish state. Harvard University Press, 992.
7. Bernard Lewis - O oriente médio. Jorge Zahar Editor Ltda, 1996
8. Pilar Rahola – Artigos
9. José Eduardo Aqualuza - O dia em que Israel começou a morrer. O Globo, 22/05/2021
10. Golda Meir - My life. Plaza and Janes, 1986
11. Henrique Rzezinski - O BUND e o judaísmo em Tribunal da História Vol. II. Imago, 2008
12. Joshua M. Karlip-The flight from Jewish Peoplehood. Tablet Magazine, June 2021.